

NOVOS MUNDOS DO RENASCIMENTO ITALIANO

Fernanda Elias Zaccarelli Salgueiro¹
Natália Braga Tavares²

O século XX é frequentemente lembrado pelos traumas das guerras mundiais e dos campos de concentração. Talvez por conta disso, este período tenha testemunhado o ressurgimento de debates consistentes acerca dos limites das leis positivas, bem como dos mecanismos de efetivação dos direitos humanos e de sua fundamentação. No plano das análises de história e filosofia política, as teorias republicanas e relativas à noção de liberdade voltaram a ganhar centralidade. A renovação dos estudos dedicados ao Renascimento Italiano possuiu seu quinhão nesta inflexão histórica e teórica, que recolocou no horizonte do pensamento a linguagem das lutas e das conquistas de direitos a partir de matrizes a serem descobertas, reencontradas ou ressignificadas.

Entre o fim do século XIX e o começo do século XX, uma obra que exerceu enorme influência nesta seara foi *A cultura do Renascimento na Itália*: um ensaio (em versão original, *Die Kultur der Renaissance in Italien*), do historiador suíço Jacob Burckhardt (1818-1897). Publicada em 1860, ela viria a se tornar um clássico³. No livro, Burckhardt atribui caráter heurístico à atuação política dos tiranos da península itálica, entendendo neles encontrar o signo da novidade do Renascimento. O racionalismo, a objetividade e o individualismo emergentes seriam algumas de suas características. Porque exigia a implicação de todos os poderes em prol da conquista e da manutenção do poder, a tirania desnudava o Estado como produto da “reflexão e do cálculo, o Estado como obra de arte”, “o tipo mais completo de Estado” (Burckhardt, 1991, p. 4).

Assim, as cidades despóticas surgidas desde o século XIII permitiriam decifrar algo sobre o Estado moderno em geral. Isto ocorreria sobretudo entre os séculos XIV e XVI, quando o “gênio italiano” lhes teria dado todo o seu contorno. Estudar a Renascença Italiana corresponderia, então,

¹ Doutoranda em Filosofia pela Universidade de São Paulo, sob orientação da Prof^ª. Dr^ª. Maria das Graças de Souza. Realizou estágio doutoral na Université Paris 8, sob supervisão do Prof. Dr. Jean-Louis Fournel (2023-24). Bolsista CAPES.

² Doutora em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Foi orientada pelo Prof. Dr. Helton Adverse. Bolsista CNPq.

³ Este reconhecimento lhe foi atribuído no fim da vida e após a sua morte. Otto Maria Carpeaux (1991, p. viii) informa que os contemporâneos de Jacob Burckhardt não o conheciam bem e que quem lhe deu efetivo reconhecimento foi a posteridade, “para depois enganar-se profundamente sobre as suas teorias”. A primeira tradução ao inglês da sua obra-prima foi feita por S.G.C. Middlemore e publicada em 1878 em Londres. Esta e outras traduções colaboraram decisivamente para a circulação do texto.



a estudar as origens de um ideário político fundamental para a formação das modernas sociedades europeias. Desta vinculação entre o Renascimento Italiano, a ascensão dos despotismos e a forma “Estado moderno”, Burckhardt excetuou duas cidades – Veneza e Florença, aquelas que teriam conseguido se manter por mais tempo como repúblicas (Burckhardt, 1991, p. 122).

Contrapondo-se a tal ênfase, o historiador teuto-americano Hans Baron (1900-1988) defendeu em sua obra mais conhecida, *The Crisis of the Early Italian Renaissance: civic humanism and republican liberty in an age of classicism and tyranny* (1955; 1966), que, diante do binômio tirania-liberdade, o acento que manifestava a particularidade do período renascentista repousava não nas experiências despóticas, certamente predominantes, mas nas exceções a elas. A análise historicamente contextualizada das repúblicas italianas e, em particular, da república de Florença, prometia ser capaz de alterar o quadro geral de compreensão do período (Baron, 1955, v. 1, p. x). Valendo-se de fontes primárias então inéditas ou negligenciadas (como termos administrativos, minutas das reuniões dos conselhos citadinos, textos de eruditos e manuscritos pouco conhecidos), Baron afastou a leitura assente segundo a qual as cidades italianas teriam se rendido à tirania, resignadas ao destino que se anunciava. Sem rejeitar a tese de Burckhardt de que o humanismo teria podido se coadunar com regimes tirânicos, Baron arguiu, com base nos documentos analisados, que isto não resumiu toda a história.

Aduziu que, até o início do Quattrocento, o humanismo típico das cidades do norte da Itália de fato consistiu em um movimento literário não identificado com grupos específicos, mas por vezes, sim, associado a príncipes seculares e eclesiásticos. Promovido por professores de gramática e oficiais da chancelaria, uniu “ideais ascéticos medievais com preceitos estoicos de distanciamento do verdadeiro sábio relativamente à sociedade e aos deveres públicos” (Baron, 1955, p. 5-7). Nesse cenário, Florença encontrou em autores como Coluccio Salutati e Filippo Villani os catalisadores de um processo de renovação mais amplo, que fundiu este humanismo literário com os princípios cívicos da república, dando origem a concepções originais sobre o homem, o cidadão e a vida civil.

A ameaça à liberdade cívica (*civic liberty*) de Florença, em 1402, ocasionada pelas investidas territoriais do ambicioso duque Gian Galeazzo Visconti, de Milão, foi o estopim para uma “crise” (*crisis*) e uma “ruptura” (*break*) decisiva com a concepção de mundo vigente na primeira metade do Trecento. Baron identifica o início de tal “revolução” (*revolution*) na passagem para o Quattrocento, fato tão visível nas artes, com as inovações de Brunelleschi, Donatello e Masaccio, quanto nas atividades do pensamento e da história, bem ilustradas pelos trabalhos de Niccoli, Leonardo Bruni





e Poggio⁴. O período de atuação desses artistas e letrados, o século XIV, coincidiu com o momento de implementação do “modelo [pattern] completo do Renascimento” (Baron, 1966, p. 3). Suas duas marcas essenciais foram o “classicismo”, isto é, uma relação de imitação criativa dos clássicos da Antiguidade, e um tipo específico de republicanismo, que o historiador denominou “humanismo cívico” (*Bürgerhumanismus*).

De acordo com Baron, o humanismo cívico foi a resposta dos florentinos ao risco de perda da independência e da autonomia para Milão. É o que teria levado seus principais promotores (literatos, gramáticos, chanceleres, poetas, historiadores), e até círculos mais largos de cidadãos, à premente tarefa de defender a república, pouco importa se real ou imaginária, por meio de textos e medidas baseados em novas concepções de política em fermentação. Esta passaria a ser cada vez mais desvinculada da teologia, da natureza e de princípios transcendentais para assumir estatura e alçada humanas. As reflexões sobre o funcionamento da cidade e de suas instituições legitimavam a república e se pautavam no elogio da *vita activa* (no lugar da vida contemplativa), da participação política, do império da lei e de virtudes cívicas⁵. Tais seriam as verdadeiras marcas distintivas tanto do humanismo cívico quanto do Renascimento Italiano (uma vez que aquele seria o maior trunfo deste).

Em terras italianas, a obra de Eugenio Garin se impõe como uma das mais autorizadas. Em 1941, antes de se tornar professor da Universidade de Florença, ele lançara um compilado de estudos breves sob o título *Il Rinascimento italiano*, em que apresentou uma visão global sobre o período, cuja culminância associou outrossim ao século XIV⁶. Garin afirmou que o Renascimento não surgiu repentinamente, como um clarão de luz. De fato, nas trilhas de Burckhardt e Baron, e contrariamente ao que Skinner advogaria mais tarde, Garin o compreendia em termos de uma profunda transformação⁷. Mas ele reconheceu que as condições para seu advento tenham se realizado de modo

⁴ Burckhardt também afirma que as mudanças verificadas no Renascimento Italiano poderiam ser analisadas do ponto de vista das artes. Porém, aludindo às limitações do gênero do seu livro (um ensaio), indicou necessitar de outra obra para se dedicar ao tema (Burckhardt, 1991, p. 1-2).

⁵ “The heart of the change since the early Quattrocento is that a revolt has taken place against the ideas of the time when humanistic scholars had been content with a philosophy that compounded medieval ascetic ideals with stoic precepts of the aloofness of the true sage from society and public duties. From the end of the Trecento onward, the ever-recurring leitmotifs in the humanistic philosophy of life were the superiority of the *vita activa* over “selfish” withdrawal into scholarship and contemplation; the praise of the family as the foundation of a sound society; and the argument that the perfect life is not that of the “sage,” but that of the citizen who, in addition to his studies, consummates his humanitas by shouldering man's social duties, and by serving his fellow-citizens in public office” (Baron, 1955, v. 1, p. 7).

⁶ Neste livro Garin cita expressamente *A civilização do Renascimento na Itália*, de Jacob Burckhardt, e artigos publicados na década de 1930 por Hans Baron.

⁷ Quem secundou a pretensão do Renascimento como um “clarão no céu” despertou a “justa reação” dos que se dedicaram diligentemente a encontrar os precedentes do movimento em séculos anteriores. Por outro lado, “nem o movimento humanista do século XII, nem o despertar cultural do século XIII, nem a introdução da cultura árabe e a





mais gradual que os historiadores de então talvez pudessem admitir, sem com isso deixar de destacar a descontinuidade com o Medievo:

Precisamente aqui, na avaliação desse momento fundamental na história da nossa civilização [o Renascimento], convém evitar dois possíveis equívocos: o de descurar, antes de mais, a profundidade desse salto, que constitui uma nítida ruptura, dissimulada por vezes pela inegável analogia entre os novos temas e os da época precedente, e pelo facto de que, uma vez instaurada, a novidade radical tende a criar os seus próprios precursores e, em geral, a fomentar o descobrimento, ou a postulação, de antecipações. Este é o erro em que podem incorrer alguns dos defensores da continuidade entre Idade Média e Idade Moderna (Garin, 1994, p. 41).

De outro modo, antes mesmo que Baron finalizasse sua maior obra, Garin já questionava que o que houvesse de mais próprio ao movimento renascentista pudesse ser expressão de mera reação a conquistas internas que cortejassem “o mito da Roma imperial” (Garin, 1986 [1941], p. 14). No estudo de 1941, o estudioso italiano fincou as raízes do Renascimento em autores como Cola di Rienzo e Petrarca que, mais que um movimento literário, teriam fundado um movimento de *renovatio in fieri*, a um tempo cultural e político, dando asas a uma “insurreição nacional” contra o domínio “bárbaro” nas cidades-estado da Itália⁸.

É verdade que os ideais de liberdade, justiça e paz, assim como as novas concepções de homem e vida civil, por vezes assumiram ares fantasiosos e se frustraram, na prática, em razão das guerras de facções e das tiranias. Mas se muitos humanistas questionaram a servidão interna, em nome da cultura nascente de participação ativa na vida civil, exaltando a manutenção da cidade por meio do trabalho e da ação humana, para outros, o tirano encarnava a capacidade do indivíduo de vencer, pelo emprego de suas potencialidades, as adversidades da fortuna (Garin, 1986 [1941], p. 16, 21, 24 e ss.). Neste segundo caso, o tirano se faria senhor não por herança sanguínea, nem por autoridade que lhe fosse conferida por outros, mas pelas próprias virtudes individuais, que lhe permitiriam, no melhor dos casos, pacificar as lutas intestinas e eliminar uma parte das desigualdades, obtendo o favor popular (Garin, 1986 [1941], p. 159-162). Nesta leitura heterogênea da política renascentista, a posição de Garin integrou uma parte da tese de Burckhardt com alguns aspectos daquela de Baron, desenhando uma realidade complexa e contraditória.

influência do aristotelismo, nem os contactos renovados com o Oriente, nem o aumento do número de cidades, nem o desenvolvimento de centros universitários apresentam ainda as características da visão da vida que se afirmaria e desenvolveria na Itália entre 1400 e 1600” (Garin, 1986 [1941], p. 11).

⁸ Posteriormente, ele descreveu o longo processo de crise de certas premissas medievais que redundaria nas sementes do Renascimento (Garin, 1986 [1952], p. 13-17).





Ao compararmos esta visão, impressa em *Il Rinascimento italiano* (1941), com a da obra prima *L'Umanesimo italiano: Filosofia e vita civile nel Rinascimento* (1952), constatamos um “giro” na abordagem realizada acerca do pensamento político do período, que já vem ilustrada pelo subtítulo da segunda obra. A inclinação para ver na tirania um aspecto fundante da novidade do Renascimento perde força em favor das novas concepções e implicações que a centralidade da ideia de *vita civile* ganhou entre grandes expoentes do humanismo. Trata-se de diversos autores cujo pensamento o professor apresenta à/ao leitor(a) em seções da obra - Coluccio Salutati, Bernardino di Siena, Leonardo Bruni, Poggio Bracciolini, Lorenzo Valla, Giannozzo Manetti, Leon Battista Alberti, Matteo Palmieri, Poliziano e outros (Garin, [1952] 1986, p. 46-98).

Para Garin, de movimento “nacional”, o Renascimento espalhou-se pela Europa, demonstrando sua vocação “universal”. O que ele aportaria, então, seria o entusiasmo para com os antigos; o ímpeto de reconquista da humanidade e da dignidade do homem pelo reencontro de si, viabilizado pelos estudos humanísticos (*studia humanitatis*), pela comunicação civil-política e pelo consórcio com outros eruditos; no lugar do alegado “paganismo”, uma vívida experiência de religiosidade renovada; a revisão do significado da família e do matrimônio; um olhar filológico exigente, mas encantado por códigos, monumentos e ruínas de memórias, cujo confronto com o presente conferia um novo sentido para a história e para o mundo terreno; o culto à beleza como “signo da realidade absoluta”; e a valorização da *vita activa* e da *vita civile* (Garin, 1986 [1941], p. 36-37, 53-4, 68-9, 141 e ss.; 1986 [1952], p. 9 e ss.).

No mundo anglófono, *The Machiavellian Moment: Florentine Political Thought and the Atlantic Republican Tradition* (1975), de John Pocock, configurou uma obra inolvidável para os estudos renascentistas. O objetivo proposto era “descrever a teoria republicana da Modernidade inicial no contexto de um historicismo emergente, produto das ideias e dos vocabulários conceituais que estavam disponíveis para mentes medievais e renascentistas, com o propósito de lidar com eventos particulares e contingentes, e com o tempo como dimensão dos acontecimentos contingentes” (Pocock, 1975, p. 3). Por “Modernidade inicial”, Pocock se referia ao período logo posterior à passagem da Idade Média para o Renascimento Italiano; e por “historicismo”, à teoria republicana dos humanistas florentinos, com todos os termos a partir dos quais aludiram ao campo semântico da “história” - “uso”, “costume” [*usage*], “providência” e “fortuna” (Pocock, 1975, p. 4).

Neste trabalho minucioso, realizado ao longo de mais de dez anos de pesquisa, e explicitamente devedor das reflexões de Hans Baron, o historiador neozelandês analisa “o processo de secularização do tempo”, tendo em vista a “política como a arte do contingente” (Pocock, 1975,

p. 8). Partindo da concepção grega, romana e medieval do tempo e da história, o autor se dedica, no maior bloco temático do livro, ao “momento maquiaveliano” (partes I e II), explorando o pensamento florentino existente na época de Maquiavel (o que inclui autores como Savonarola, Guicciardini, Giannotti e outros), para, em seguida (na parte III), apontar como conceitos e valores republicanos produzidos no contexto renascentista italiano – república, governo misto, *virtù*, armas e propriedade – se desdobraram, com modulações e misturados a outras tradições (John Locke, Edmund Burke), entre pensadores e políticos ingleses e norte americanos nos séculos XVII e XVIII.

Em foco, estava o problema do confronto da república com sua finitude temporal, atravessada pelos objetos históricos das ideias de “virtude”, “fortuna” e “corrupção”, em cosmovisões religiosas e seculares, com seus sistemas de valores⁹. Pocock demonstra, por exemplo, que com o capitalismo industrial instalado no século XVIII, o papel atribuído pelos humanistas à “fortuna” passou a ser assumido, no vocabulário dos teóricos ingleses, pelos conceitos de “crédito” e “comércio”. Com este trabalho, Pocock (1975, p. 55-66) não apenas retoma criticamente o termo “humanismo cívico”, cunhado por Hans Baron, como demonstra o seu lugar historicamente produtivo e analiticamente consequente.

Outra contribuição incontornável para o domínio das investigações do Renascimento foi oferecida por Quentin Skinner. Na seara metodológica, o célebre representante da “Escola de Cambridge” não propugnou tanto a inclusão de materiais originais como fontes historiográficas, a exemplo do que fez Hans Baron e Eugenio Garin, mas, sobretudo, um modo inédito de interpretar os velhos manuscritos. Em um artigo seminal de 1969, o qual já estampava uma versão robusta da sua proposta inicial, Skinner arguiu que os textos não poderiam ser lidos como teorias abstratas contendo verdades eternas ou como um conjunto de sentenças autossuficientes e desprovidas de contextos semânticos. A presumida atemporalidade do significado textual ou as determinações de sentido a partir de certos contextos sociais dariam vazão à “aplicação inconsciente de paradigmas familiares” ao intérprete, baseados em julgamentos e anacronismos, que não permitiriam fazer história, mas mitologia¹⁰ (Skinner, 1969, p. 7 e ss.).

⁹ “It is a name for the moment in conceptualized time in which the republic was seen as confronting its own temporal finitude, as attempting to remain morally and politically stable in a stream of irrational events conceived as essentially destructive of all systems of secular stability” (Pocock, 1975, p. viii).

¹⁰ Skinner criticou a “história das ideias tradicional” por incorrer em três tipos de mitologias, todas elas produtoras de “absurdos históricos”. A “mitologia da doutrina” envolve a projeção sobre a obra de uma doutrina sistemática inexistente. Esta doutrina ora se incrusta no autor como “biografia individual” que lhe assegura originalidade; outrora, como “ideia-unidade” capaz de inserir o autor e o texto em uma tradição. A “mitologia da coerência” se verifica ao atribuir a coerência de um sistema fechado a uma obra aberta, por meio da desconsideração de trechos problemáticos diante da tese esposada ou pelo desfazimento de contradições como falsos obstáculos. Por fim, a “mitologia da prolepse”

Influenciado pela teoria dos atos de fala de J. L. Austin, pela virada linguística de Ludwig Wittgenstein e pela crítica de documentos históricos proposta por R. G. Collingwood, Skinner defendeu que uma compreensão não ingênua, nem enviesada das obras clássicas exigia duas camadas de interpretação: a da literalidade do texto e a da intenção do autor ao escrevê-lo. Esta segunda tarefa pressupunha não atender apenas ao que o autor dizia, mas também ao que fazia ao dizê-lo. Para extrair do texto a intenção do autor e ter uma dimensão profunda do significado oriundo do emprego das palavras, Skinner propôs um mergulho no *contexto linguístico* das obras (Skinner, 1969, p. 48 e ss.), expressão que forjaria a maneira pela qual sua própria teoria passou a ser identificada.

Referido método transpassou o domínio dos estudos renascentistas, revolucionando o campo geral da metodologia da história das ideias políticas na segunda metade do século XX. Contudo, a primeira aplicação de fôlego do contextualismo linguístico no âmbito dos estudos históricos foi realizada em uma obra cuja primeira parte pretendeu revisitar o que se sabia até então acerca do Renascimento Italiano (Skinner, [1978] 1996, partes I-III). Se confiarmos nos objetivos declarados na introdução do livro, *As fundações do pensamento político moderno* (1978), veremos que Skinner pretendeu com ele apontar como se deu o processo de formação do Estado moderno por meio de “um quadro panorâmico dos principais textos do pensamento político de fins da Idade Média e começos da era moderna”, isto é, dos séculos XIII a XVI (Skinner, 1996, p. 9-11).

Não deixa de ser surpreendente que o ponto de partida da obra de Skinner corresponda ao local de chegada daquela de Burckhardt e Garin: o Renascimento corresponde ao período de conformação do Estado moderno. Um olhar mais atento, no entanto, indica desde logo uma diferença crucial entre os especialistas. Enquanto o historiador suíço enfatiza principalmente as discontinuidades entre o Medieval e a Renascença, Skinner frisa sobremaneira suas continuidades e mutações, tendo em vista a “ideia-unidade” (para dizer provocativamente) do Estado moderno. Talvez com certo exagero, possa-se afirmar que o Renascimento é uma derivação da Idade Média com o estoicismo romano, ainda que Skinner reconheça aspectos originais no pensamento de certos autores do século XVI, como Maquiavel.

Com este quadro despretensioso e meramente ilustrativo de reflexões produzidas no campo dos estudos históricos sobre o Renascimento Italiano ao longo do século XX, não procuramos senão lançar luzes sobre a diversidade e vivacidade dos temas abordados, questões e métodos suscitados

implica a valorização do significado retrospectivo da obra em detrimento do seu significado historicamente contextualizado (Cf. Skinner, 1969).



por este campo, com impactos em pesquisas de filosofia, ciência política, artes, e outras áreas. Interrogado da perspectiva do contexto de formação do Estado moderno, da oposição entre tirania e república, do “humanismo cívico”, da secularização do tempo e da política, dos seus desdobramentos para os debates políticos dos séculos seguintes, sua recepção em outros países, as relações de continuidade e descontinuidade relativamente à herança medieval – o Renascimento Italiano segue como um campo inerentemente multidimensional, interdisciplinar e aberto.

Basta notar que estes mesmos debates estiveram longe de se restringir à esfera puramente analítica. O fenômeno conhecido como *republican revival* (o reavivamento republicano) respingou para o interior das disputas políticas contemporâneas, divulgando a tradição republicana moderna e a repercutindo a partir de problemáticas atuais. Com isso, no meio do século XX, o republicanismo ganhou espaço como alternativa tanto às teorias liberais quanto às comunitaristas.

Newton Bignotto (2013, p. 9) aponta que isto se deu em razão dos “efeitos da destruição total da esfera pública nos governos totalitários”, os quais colocaram na ordem do dia a pergunta acerca do sentido da política e de sua dignidade. Neste contexto, não surpreende que o Renascimento, e as transformações que o acompanharam, sobretudo no que concerne ao modo de ver e conceber a cidade e os valores associados à vida pública (Bignotto, 2021), tenham permanecido como mananciais de experiências portadoras de profundos sentidos. Não podemos nos esquecer de que ali encontramos concepções vigorosas de vida ativa, assim como uma riqueza conceitual envolvendo temas como liberdade política, igualdade e participação dos cidadãos nos assuntos comuns. Temas que parecem ter se mostrado indispensáveis para uma era que, marcada pela solidão e pela apatia própria às sociedades de massas (Arendt, 1968), viu surgir o totalitarismo.

A época em que os estudos sobre o Renascimento renasceram, e se renovaram, também deixou neles sua marca. Nas últimas décadas, indagações acerca do lugar das mulheres nos textos dos filósofos, como também a respeito da produção das mulheres – escritoras, historiadoras, filósofas, ensaístas, poetas – conduziram a explorações inéditas dos acervos renascentistas. Além disso, o leque de temas, abordagens e métodos focados no período não deixou de se ampliar. Enciclopédias e dicionários especializados em termos, autores e aspectos do Renascimento foram lançados. Fontes primárias e traduções seguem sendo publicadas. O Renascimento hoje frequenta Cafés Filosóficos e conferências eruditas de atualidades¹¹. As exposições de arte do Renascimento

¹¹ Cf., por exemplo, *Pourquoi la Renaissance peut sauver le monde. L’imagination comme chemin* (2023), de Karine Safa.





ilustram os catálogos sempre renovados das galerias e museus. A “Mona Lisa” (Gioconda) de Leonardo da Vinci continua sendo a obra mais conhecida do mundo e a mais visitada do Louvre.

Este fervor é realidade na Europa e na América do Norte, mas também na América Central e do Sul - como, aliás, bem testemunha o artigo de Eugenia Mattei, constante deste dossiê. No Brasil, nota-se, as pesquisas sobre o Renascimento Italiano se intensificaram nos últimos vinte anos, desde a redemocratização¹², e o campo parece hoje sedimentado, com especialistas-pesquisadores em postos acadêmicos, com redes de pesquisa organizadas, debates teóricos em publicações e eventos especializados.

O objetivo deste dossiê é compartilhar achados, perguntas e reflexões que têm mobilizado especialistas latinoamericanos(as) sobre autores do Renascimento Italiano. Com isto, desejamos proporcionar ao público leitor a possibilidade de se aproximar, e quiçá participar, de uma parte dos debates atuais deste abundante campo de pesquisas. Fazem parte deste conjunto de textos: a primeira tradução ao português de *De Militia*, de Leonardo Bruni, com comentários críticos; uma resenha sobre um livro de Jacqueline Lagrée dedicado ao neoestoicismo, obra ainda pouco conhecida no Brasil; e uma entrevista com o professor Jean-Louis Fournel, investigador, tradutor e mentor de um método de leitura de textos clássicos, a *filologia política*. Entre Leonardo Bruni e os neoestoicos do fim do século XVI, um espaço considerável foi dedicado às análises sobre Nicolau Maquiavel.

Dentre os artigos que compõem este dossiê que lançam um novo olhar para a obra de Maquiavel, começamos pelo de Eugenia Mattei. Ela se debruça sobre os textos do secretário florentino e os exemplos ou “arquétipos de liderança” que ele oferece, interrogando-os sob o ângulo do populismo, ou ainda, para utilizar o termo empregado pela autora, pelo tema do “encantamento”. Interrogação importante e inovadora, que tem o claro ganho de permitir incorporar o problema das emoções nas análises textuais dos escritos maquiavelianos por uma outra perspectiva, além de constituir uma investigação cuidadosa sobre um fenômeno que parece tantas vezes atravessar as democracias contemporâneas, sobretudo na América Latina.

Seguindo por um caminho algo distinto, Patrícia Aranovich apresenta ao(à) leitor(a) uma reflexão cuidadosa sobre o conhecido tema dos grandes e dos muitos no pensamento maquiaveliano. Adota, contudo, para tanto, um ângulo de exame ainda pouco explorado, trazendo para o centro da discussão as forças que sustentam os desejos – de comandar e de não ser comandado – que definiriam grandes e povo. Seu movimento argumentativo constrói-se, desse modo, a partir de uma

¹² Em 1987, o banco de teses da CAPES registrava 3 dissertações e teses sobre o Renascimento Italiano. Em 2020, foram 78 (pesquisa realizada em 10 de dezembro de 2023).



problematização da interpretação segundo a qual apenas os desejos estariam em questão para Maquiavel, interpretação que parece comportar, em certa medida, o risco de ignorar ou de relegar a um segundo plano as forças que constituem estes desejos. A problematização levada a cabo pela autora enseja, assim, novas considerações e, sobretudo, levanta questões capazes de enriquecer consideravelmente o debate contemporâneo acerca do pensamento de Maquiavel.

O(A) leitor(a) encontrará, ainda, neste dossiê, no texto escrito por Bruno Santos Alexandre, uma investigação e uma análise argutas acerca da noção de representação na filosofia política maquiaveliana pensada a partir das lentes fornecidas por Claude Lefort. Noção ou problema caro ao pensamento político moderno e contemporâneo, é interessante observar como, vista a partir destas lentes específicas, a representação emerge como uma espécie de articulação entre um nível simbólico e um nível institucional. Voltando-se, assim, para a leitura lefortiana de Maquiavel, ou ainda, para as lições que Lefort teria aprendido com o secretário florentino, o artigo em questão constrói, pouco a pouco, um sentido de representação que, longe de se deixar confundir com a mera designação do poder, comporta, ou mesmo traz para um primeiro plano, uma dimensão simbólica, imbricada, por seu turno, naquilo que o pensador francês denomina “o político”. Um sentido específico e preciso que nos oferece, inclusive, a oportunidade de pensarmos, a partir do texto maquiaveliano, a própria realidade política do presente com os desafios que lhe são inerentes.

A realidade e a experiência do agora, do presente, em sua articulação com as experiências registradas e apresentadas pelos autores antigos, são também trazidas para o centro da discussão no artigo escrito por Christiane Cardoso Ferreira, quem apresenta ao(a) leitor(a) as paixões humanas como um tema colocado no centro da análise maquiaveliana e, mais que isso, como o elemento que permitiria vincular passado, presente e futuro. Seriam, afinal, as paixões, como aposta a autora, os elementos que, para Maquiavel, permitiriam comparar experiências vivenciadas em tempos distintos e que justificariam, portanto, em grande medida, o recurso ao passado para se compreender o presente. Neste sentido, é possível dizer que o artigo nos oferece uma chave de leitura, ou mesmo um fio condutor, capaz de abrir um caminho fecundo de reflexão e de compreensão da obra maquiaveliana, sobretudo no que concerne ao modo como o autor acessa e pensa “as coisas do mundo”, ou ainda, a verdade efetiva das coisas políticas.

O texto de Fabiana Benetti lança também um outro olhar para a obra de Maquiavel, mais especificamente, para o importante e conhecido tema do conflito político. Examinando as divisões internas criadas em Florença, no período de 1207 a 1512, a autora apresenta ao(a) leitor(a) uma reflexão elucidativa acerca da natureza da divisão social em um contexto marcado por múltiplas

lutas sociais. A partir de uma reconstituição rica e precisa dos eventos narrados e destacados por Maquiavel, assim como das mudanças pelas quais passou a constituição florentina no período em destaque, porém a partir da historiografia atual, a autora aponta para o laço estreito que mantém ligadas as transformações sociais e políticas. Voltando-se, assim, para um contexto marcado, como aponta Benetti, pela complexidade do conflito civil, o artigo concede a oportunidade de nos debruçarmos sobre o tema do conflito, tão mencionado por Maquiavel, pelo ângulo das investigações históricas do presente.

Além dos artigos mencionados, contamos, neste dossiê, com outros importantes trabalhos. O primeiro deles constitui uma resenha do clássico livro, recentemente reimpresso na França, *Le Néostoïcisme: une philosophie par gros temps*, de Jacqueline Lagrée. A resenha, escrita por Taynam Bueno, apresenta ao(a) leitor(a) brasileiro esta obra, ainda sem tradução para o português, destacando a importância do movimento feito por Lagrée, ao evocar, em conjunto, os principais expoentes do movimento filosófico que viria a ser denominado “neoestoicismo”. Trata-se, segundo Bueno, de obra que mereceria ser mais divulgada entre pesquisadores da corrente estoica no Brasil.

Contamos, ainda, com a tradução, inédita em língua portuguesa, de um texto fundamental de um dos humanistas mais proeminentes: o *De Militia*, de Leonardo Bruni. A tradução feita por Alexander de Carvalho é precedida por introdução de Fabrina Magalhães Pinto, que não apenas apresenta o autor e a obra, mas situa o(a) leitor(a) no debate que marca a sua recepção. Além disso, o texto é acompanhado por notas explicativas que apresentam e contextualizam eventos, obras e pessoas citadas por Bruni, permitindo-nos, deste modo, alcançar uma compreensão mais aprofundada daquilo que o autor tem a nos dizer.

Por fim, o(a) leitor(a) encontrará uma entrevista com o Professor da Université Paris 8, Jean-Louis Fournel. Formado pela ENS-Lyon, especialista em Renascimento Italiano e *socio straniero* das Academias de Pádua e Veneza por seu notável saber sobre a história e cultura italianas, o Professor Fournel é, também, um dos mentores do método de estudo e de interpretação das obras políticas do Renascimento chamado de “*filologia política*”, ao lado de Jean-Claude Zancarini. A entrevista, realizada por uma das organizadoras deste dossiê, nos convida a refletir não apenas sobre a trajetória acadêmica do entrevistado, mas sobre temas diversos e importantes, como a filologia política, a tradução, a possível leitura política das obras de arte e a tradição republicana, além de apresentar uma rica discussão acerca do método que ele propõe.

Convidamos você a se juntar a nós nesta viagem pelos novos continentes e pelos novos mundos do Renascimento Italiano.

Referências bibliográficas

ARENDDT, Hannah. **Origins of totalitarianism**. New York: Harcourt, 1968.

BARON, Hans. **The Crisis of the Early Italian Renaissance: civic humanism and republican liberty in an age of classicism and tyranny**. Princeton: Princeton University Press, 1955.

BIGNOTTO, Newton (Org.). **Matrizes do republicanismo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

BIGNOTTO, Newton. **Origens do republicanismo moderno**. 2 ed. Niterói: Eduff, 2021.

BURCKHARDT, Jacob. **A cultura do Renascimento na Itália: um ensaio**. Tradução de Sérgio Tellaroli. São Paulo: Companhia das Letras, [1860] 1991.

GARIN, Eugenio. **El Renacimiento Italiano**. Barcelona: Editorial Ariel, [1941] 1986.

GARIN, Eugenio. **Idade Média e Renascimento**. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

GARIN, Eugenio. **L'Umanesimo italiano**. Roma-Bari: Laterza, [1952] 1986.

POCOCK, John G. A.. **The Machiavellian Moment**. Florentine Political Thought and the Atlantic Republican Tradition. Princeton University Press, 1975.

SAFA, Karine. **Pourquoi la Renaissance peut sauver le monde**. L'imagination comme chemin. Paris: Éditions Plon, 2023.

SKINNER, Quentin. "Meaning and Understanding in the History of Ideas". **History and Theory**, Vol. 8, No. 1, 1969, p. 3-53.

SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, [1978] 1996.